

CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS: DIREITOS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988 - "ATAS E EMENDAS POPULARES"

Mariana Bolner Lima, Walderez Simões Costa Ramalho

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa vincula-se ao projeto *Policronias do presente: diálogos entre História do Tempo Presente e as teorias contemporâneas dos tempos históricos* e dá continuidade ao desenvolvimento dos bancos de dados iniciados em etapas anteriores. A pesquisa visa à construção dos bancos de dados 'Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Atas e Emendas populares' - composto pelas atas e diários de sessão da Assembleia Nacional Constituinte (ANC, 1987-1988) referentes aos direitos indígenas - e 'Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Imprensa' focado na cobertura jornalística e nas reportagens do período entre 1986 e 1988. Ambos os bancos de dados servem de suporte para investigar as políticas do tempo presentes no debate constitucional sobre os direitos dos povos originários. Ao longo do mapeamento das fontes, identificou-se o uso recorrente e ambíguo de termos como "imemorial" e "tradicionalmente" — categorias que permanecem centrais nas disputas contemporâneas em torno do Marco Temporal (RAMALHO, 2025). A partir disso, a pesquisa se direcionou pelas seguintes indagações: como esses conceitos foram mobilizados no debate constituinte no sentido de delimitar a extensão dos direitos territoriais indígenas? Quais políticas do tempo elas traduzem e como os atores políticos envolvidos utilizaram desses conceitos para sustentar suas respectivas posições a respeito da chamada "questão indígena"? Para responder a tais questões, a pesquisa passou a rastrear as políticas do tempo mobilizados pelos autores presentes nas fontes.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento da pesquisa e a construção dos bancos de dados, adotou-se uma metodologia dividida em cinco etapas complementares. A primeira consistiu na coleta de materiais: para o banco de dados "Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Atas e Emendas populares", a busca documental realizou-se no Portal da Constituinte da Câmara dos Deputados, acervo que reúne a documentação oficial da Assembleia Nacional Constituinte; para o "Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Imprensa", os materiais foram coletados principalmente na Hemeroteca Digital Brasileira e no acervo do *site* Armazém Memória. Em seguida, procedeu-se à leitura e à catalogação das fontes. A terceira etapa envolveu o registro de metadados e a transcrição das fontes por meio do programa *Capivara*, desenvolvido pelo Walderez Ramalho. Por fim, realizou-se a análise crítica e a revisão do material catalogado, culminando em discussões e análises conjuntas com os demais membros da equipe sobre os resultados alcançados, os debates historiográficos e as implicações e aplicações políticas da pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados deste período de bolsa consolidam-se na estruturação e alimentação dos bancos de dados 'Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Atas e Emendas populares', que reúne atualmente 140 registros revisados, e 'Direitos indígenas na ANC de 1987-1988 – Imprensa', que conta com 120 registros catalogados. O conjunto desses acervos constitui uma base documental sólida para investigar a fundamentação histórica dos direitos originários e as disputas contemporâneas em torno da tese do Marco Temporal.

A análise desses documentos permitiu o início da produção textual e a sistematização de dados que fundamentam discussões contemporâneas essenciais, com destaque para a fundamentação histórica dos direitos originários e a tese do Marco Temporal. Além de permitir a identificação das percepções de passado (Espaços de Experiência) e as expectativas de futuro (Horizontes de Expectativa) dos parlamentares condicionaram as propostas sobre os direitos territoriais indígenas (KOSSELLECK, 2006). A partir desse mapeamento, foi possível identificar três matrizes discursivas principais no contexto da ANC.

A primeira, de caráter assimilacionista prevalecente entre parlamentares conservadores, embasava-se na premissa “evolutiva” de que os povos originários integrariam gradualmente a sociedade nacional, tratando as comunidades indígenas como “primitivas”. A segunda vertente, sustentada majoritariamente por parlamentares do campo progressista e movimentos sociais, defendia a demarcação e a devolução dos territórios tomados. Por fim, a terceira posição pautava em manter os indígenas onde estavam, propondo o congelamento das demarcações para conter as suas reivindicações territoriais.

Como hipótese para a indagação teórica indicada acima, argumenta-se que uma mesma representação temporal assume sentidos divergentes porque o significado político não é intrínseco à categoria em si, mas depende do seu acionamento no discurso – diálogo estabelecido com a noção de “lance” (*move*) desenvolvida em *Linguagens do Ideário Político* de Pocock (2003). Examina-se, assim, a intenção dos agentes sociais e o efeito esperado ao acionarem termos como “imemorial” ou “ancestral”.

Os dados obtidos até o momento demonstram alto potencial para o desenvolvimento de artigos científicos e comunicações em eventos acadêmicos, oferecendo uma base documental sólida para novas interpretações sobre o debate acerca dos indígenas e seus direitos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos iniciais da pesquisa cumpriram uma dupla função: subsidiar as investigações do projeto e fornecer um acervo organizado para pesquisas futuras no campo da História do Tempo Presente. Ao longo do processo, a análise das fontes primárias reorientou o olhar historiográfico para além da catalogação temática, direcionando a atenção aos usos e acionamentos políticos da linguagem durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). A partir do mapeamento de categorias como “imemorial” e “tradicionalmente”, a pesquisa permitiu problematizar não apenas os discursos que fundamentaram a tese contemporânea do Marco Temporal, mas também as intenções pragmáticas, os agentes sociais e o contexto de enunciação dessas falas. Desse modo, a análise estendeu-se para além dos congressistas, alcançando as vozes da imprensa, dos movimentos indigenistas, das lideranças originárias e da sociedade civil. Embora a construção dos bancos de dados permaneça em andamento, os

resultados parciais já demonstram como os conflitos em torno dos direitos territoriais indígenas na Nova República foram moldados pelas percepções de passado, horizontes de expectativa, projetos de nação e disputas temporais emergentes no momento constituinte.

Palavras-chave:

Banco de dados; ANC; atas de sessão; imprensa; imemorial; tradicionalmente; acionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

POCOCK, John. G. A. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História** (São Paulo), v. 42, p. e2023036, 2023.

RAMALHO, Walderez. Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico. **Revista Brasileira de História**, v. 45, n. 98, p. e-287819, 2025.